

Revista
Latino-americana de

*Ge*ografia *e* Gênero

Volume 16, número 2 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Os Territórios Configurados por/para as Populações LGBTIAP+ no Espaço Urbano em Londrina

*Los Territorios Configurados por/para las Poblaciones
LGBT+ en el Espacio Urbano de Londrina, Paraná,
Brasil*

*The Territories Configured by/for LGBT+ Populations in
the Urban Space in Londrina, Paraná, Brazil*

Leonardo da Silva Ferreira

Universidade Estadual de Londrina – Brasil
leonardo.ferreira@uel.br

Vera Lucia Tieko Suguihiro

Universidade Estadual de Londrina – Brasil
suguihiro@uel.br

Como citar este artigo:

FERREIRA, Leonardo da Silva;; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. Os Territórios Configurados por/para as Populações LGBTIAP+ no Espaço Urbano em Londrina. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 2, p. 286-307, 2025. ISSN 2177-2886. DOI: <10.5212/Rlagg.v.16.i2.0014>.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Os Territórios Configurados por/para as Populações LGBTIAP+ no Espaço Urbano em Londrina

Los Territorios Configurados por/para las Poblaciones LGBT+ en el Espacio Urbano de Londrina, Paraná, Brasil

The Territories Configured by/for LGBT+ Populations in the Urban Space in Londrina, Paraná, Brazil

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar e caracterizar os territórios configurados por/para as populações LGBTIAP+, na cidade de Londrina, Paraná, discutindo como tais espacialidades revelam as contradições e potencialidades da vivência urbana contemporânea para pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa-qualitativa, exploratória e multiescalar, mobilizando diferentes estratégias metodológicas: levantamento de dados oficiais e hemerográficos de violência; aplicação de questionário online à população LGBTIAP+; e realização de entrevistas com lideranças sociais e proprietários de estabelecimentos voltados à comunidade. A análise foi orientada por quatro categorias teóricas: Territórios de Medo, de Morte, de Resistência e de Convivência. A cartografia produzida evidencia a sobreposição dessas territorialidades, demonstrando que a cidade é, simultaneamente, espaço de exclusão e de possibilidade. Conclui-se que reconhecer tais dinâmicas é fundamental para subsidiar políticas públicas urbanas interseccionais e para ampliar o direito à cidade da população LGBTIAP+.

Palavras-Chave: Territorialidade; Exclusão social; Sociabilidades LGBT; Gênero e sexualidade; Experiência urbana.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo identificar y caracterizar los territorios configurados por/para las poblaciones LGBT+ en la ciudad de Londrina, Paraná, Brasil, discutiendo cómo tales espacialidades revelan las contradicciones y potencialidades de la experiencia urbana contemporánea para las personas disidentes de género y sexualidad. La investigación adopta un enfoque cuantitativo-cualitativo, exploratorio y multiescalar, movilizando diferentes estrategias metodológicas: levantamiento de datos oficiales y hemerográficos sobre violencia; aplicación de un cuestionario en línea a la población LGBT+; y realización de entrevistas con liderazgos sociales y propietarios de establecimientos dirigidos a esta comunidad. El análisis se orientó a partir de cuatro categorías teóricas: Territorios del Miedo, de la Muerte, de la Resistencia y de la Convivencia. La cartografía producida evidencia la superposición de estas territorialidades, demostrando que la ciudad es, simultáneamente, un espacio de exclusión y de posibilidad. Se concluye que reconocer tales dinámicas es fundamental para sustentar políticas públicas urbanas interseccionales y para ampliar el derecho a la ciudad de la población LGBT+.

Palabras-Clave: Territorialidad; Exclusión social; Sociabilidades LGBT; Género y sexualidad; Experiencia urbana.

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro



Abstract

This paper aims to identify and characterize the territories configured by/for LGBT+ populations in the city of Londrina (Brazil), discussing how such spatialities reveal the contradictions and potentialities of contemporary urban life for gender- and sexuality-dissident people. The research adopts a quantitative-qualitative, exploratory, and multi-scalar approach, employing different methodological strategies such as collecting official and hemerographic data on violence; applying an online questionnaire to the LGBT+ population; and interviewing social leaders and owners of establishments oriented toward that community. The analysis was guided by four theoretical categories, namely, Territories of Fear, Death, Resistance, and Coexistence. The cartography produced highlights the overlap of these territorialities, demonstrating that the city is simultaneously a space of exclusion and of possibility. The study concludes that acknowledging such dynamics is essential to support intersectional urban public policies and to expand the right to the city for the LGBT+ population.

Keywords: Territoriality; Social Exclusion; LGBT Sociabilities; Gender and Sexuality; Urban Experience.

Introdução

As cidades constituem-se como locus privilegiado para compreender as dinâmicas sociais e espaciais que moldam as experiências das populações dissidentes de gênero e sexualidade (Ferreira; Pereira, 2020). No Brasil, marcado por profundas desigualdades históricas e por uma estrutura social fortemente regulada pela heterocisnormatividade, os corpos LGBTIAP+ vivem o espaço urbano entre limites de visibilidade, pertencimento, exclusão e violência (Carvalho; Macedo, 2017; Silva, 2016; Quinalha, 2022; Bianor, 2019). Tais dinâmicas tornam oportuno investigar como se configuram territórios que expressam acolhimento, resistência, medo e morte no cotidiano urbano.

No plano teórico, a pesquisa dialoga com a Geografia das Sexualidades e com a Teoria Queer, campos que problematizam os modos como gênero e sexualidade produzem e são produtos do meio/espço (Teixeira, 2013; Ornat; Silva, 2014), considerando-se que não há espaço fora das políticas sexuais e que a performatividade dos corpos dissidentes é constitutiva da cidade. Essa abordagem é articulada ao conceito de território, entendido como espaço socialmente produzido a partir de relações de poder e de identidade (Raffestin, 1993).

O entendimento de território é amplo e tem sido abordado por diferentes autores sob diversas perspectivas. Sousa (2008) aponta que, etimologicamente, o termo apresenta uma dupla dimensão: material e simbólica. A primeira está vinculada ao território enquanto instrumento de controle, associado a aspectos jurídico-políticos e econômicos. Já a segunda se relaciona ao território como espaço de apropriação cultural e simbólica. Partindo dessa mesma matriz conceitual, adota-se aqui a definição proposta por Claude Raffestin, amplamente retomada e discutida por outros pesquisadores.

O conceito de território adotado nesta discussão parte da noção de espaço, “sendo caracterizado ainda por uma relação de poder exercida por determinados atores sobre um determinado espaço, podendo ser construído em

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro

diversas escalas e dotado de identidade” (Barreto; Alves, 2010, p. 6-7). Essa construção territorial está profundamente associada às dinâmicas sociais, de modo que “[...] que os indivíduos buscam moldar o espaço à sua forma, ao passo que também se adaptam às condições dele e, desse modo, constituem, pela dimensão política e socio-espacial, territórios” (Leite et al., 2020, p. 97).

Dessa forma, a constituição dos territórios ocorre a partir da ação de sujeitos e atores sociais que, ao delimitar espaços, exercem relações de dominação e controle (Medeiros, 2015). Esse processo está diretamente ligado às territorialidades, o que exige diferenciar este conceito de outros correlatos, como territorialização. Fernandes (2005) esclarece essa distinção ao afirmar: “Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas” (Fernandes, 2005, p. 29).

O território, portanto, não é apenas materialidade geográfica, mas também construção simbólica, atravessada por disputas de poder, fronteiras e sentidos atribuídos pelos sujeitos (Barreto; Alves, 2010; Medeiros, 2015; Leite et al., 2020).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo identificar e caracterizar os territórios configurados por/para as populações LGBTIAP+ na cidade de Londrina (PR), discutindo como tais territorialidades revelam a complexidade da vivência urbana contemporânea para as populações dissidentes de gênero e sexualidade. Como objetivo específico, busca-se produzir cartografias desses territórios, de modo a evidenciar as espacialidades de sociabilidade da população sujeito da pesquisa.

A escolha de Londrina justifica-se por sua relevância regional no interior do Paraná, pela diversidade de espaços urbanos frequentados pela população LGBTIAP+ e pela visibilidade de seu movimento social, marcado por coletivos organizados e pela realização de uma das maiores Paradas do Orgulho LGBT do estado, além de fugir das cidades auto-referentes já amplamente estudadas e debatidas. O contexto nacional recente, atravessado pela ascensão do conservadorismo e pela intensificação da violência homotransfóbica (Gastaldi et al., 2023; Quinalha, 2022; Cerqueira et al., 2021), também constitui pano de fundo decisivo para compreender a vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, a resistência da comunidade LGBTIAP+.

No que se refere à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem quantitativa-qualitativa, exploratória e multiescalar, que será detalhada adiante. Foram mobilizadas estratégias como: (i) levantamento de dados secundários de violência; (ii) aplicação de questionário online à população LGBTIAP+; (iii) entrevistas semiestruturadas com lideranças e proprietários de estabelecimentos voltados à comunidade; e (iv) elaboração de cartografias para representar os territórios de Medo, Morte, Resistência e Convivência.

O artigo está estruturado em quatro partes principais. Primeiramente, apresenta-se a fundamentação teórica, articulando o conceito de território às discussões sobre gênero e sexualidade. Em seguida, descreve-se a metodologia utilizada e os procedimentos de coleta e análise de dados. A terceira seção expõe os resultados, discutindo os territórios identificados em Londrina a partir das categorias propostas. Por fim, nas considerações finais, são destacados os

limites e contribuições da pesquisa para a formulação de políticas públicas e para a construção de cidades mais inclusivas. Os territórios examinados são categorizados em quatro principais tipos: Territórios de Convivência, Resistência, Medo e Morte. Cada categoria representa diferentes aspectos da experiência urbana da população LGBTIAP+, desde espaços de acolhimento e interação até áreas de enfrentamento de discriminação e violência.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem exploratória, de natureza quantitativa-qualitativa, estruturada a partir de um estudo de caso na cidade de Londrina (PR), classificada pelo IBGE como Capital Regional B e reconhecida por sua relevância econômica e social no sul do Brasil. A escolha de Londrina justifica-se por sua diversidade de espaços urbanos frequentados pela população LGBTIAP+, pela expressividade do movimento social local e pela realização de uma das maiores Paradas do Orgulho LGBT do Paraná.

Primeiramente, foi realizada uma revisão integrativa de literatura sobre território e territorialidade e sobre as dinâmicas espaciais de gênero e sexualidade. Dessa revisão derivaram-se as categorias de análise que orientaram toda a investigação empírica: Territórios de Medo, de Morte, de Resistência e de Convivência.

A abordagem metodológica é quantitativa-qualitativa, multifonte e multiescalar, com a cidade servindo como recorte espacial para a análise. O processo inicia-se com uma revisão integrativa de literatura, que visa sintetizar conhecimentos sobre territorialidade e dinâmicas espaciais relacionadas a gênero e sexualidade, estabelecendo categorias analíticas como Territórios de Convivência, Resistência, Medo e Morte.

Após a revisão de literatura, a coleta de dados é realizada em três etapas principais:

- i. Dados Gerais e de Violência: Coleta de dados oficiais da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná e clipping de notícias em mídia digital.
- ii. Questionário aplicado à população LGBTIAP+ da Cidade de Londrina: Também é aplicado um questionário online para qualificar os dados e construir uma visão abrangente dos territórios LGBTIAP+ em Londrina.
- iii. Entrevistas Semiestruturadas: Realização de entrevistas com proprietários ou gerentes de estabelecimentos voltados à população LGBTIAP+ e líderes do movimento LGBTIAP+ em Londrina, visando aprofundar o entendimento das experiências individuais e coletivas de espaços urbanos por parte da comunidade

A coleta de dados envolveu diferentes fontes e instrumentos:

- Dados oficiais: solicitados ao CAPE – Centro de Análise, Planejamento e Estatística da SESP-PR, referentes a homicídios

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro

dolosos e lesões corporais contra pessoas LGBTIAP+ em Londrina (2014–2023)¹;

- Clipping de notícias: levantamento hemerográfico de mídias digitais locais, regionais e nacionais (2008–2023), a partir de buscas por palavras-chave;
- Questionário online: aplicado via plataforma própria (divulgado em redes sociais e coletivos locais). O questionário seguiu os trâmites éticos (CAAE nº 66616623.6.0000.5231, parecer nº 5.878.872).
- Entrevistas semiestruturadas: realizadas presencialmente ou via Google Meet com proprietários/gerentes de estabelecimentos voltados ao público LGBTIAP+ e representantes de ONGs, coletivos e movimentos sociais da cidade. Todas as entrevistas seguiram os trâmites éticos (CAAE nº 66616623.6.0000.5231, parecer nº 5.878.872).

Foram solicitados ao CAPE/SESP-PR relatórios de homicídios dolosos e lesões corporais contra pessoas LGBTIAP+ em Londrina (2014-2023). A metodologia empregada pelo órgão baseou-se na extração direta da base SCOL – Sistema de Controle de Ocorrências Letais, permitindo gerar séries quantitativas por bairro. Paralelamente, realizou-se clipping hemerográfico (2008-2023) em mídias digitais locais, regionais e nacionais, com palavras-chave combinando termos da população LGBTIAP+, categorias de território (medo, morte, resistência) e nome da cidade. Essa etapa resultou em 25 registros iniciais de locais e eventos relacionados a violência não letal, posteriormente validados junto à população e 24 registros de mortes de pessoas LGBTIAP+ em Londrina.

Para complementar e validar os dados secundários, desenvolveu-se um questionário online estruturado em blocos temáticos (27 perguntas, tempo médio de 7 minutos). O link foi divulgado em redes sociais, coletivos locais e grupos comunitários. Ao todo, foram obtidas 1.588 respostas, sendo 1.324 válidas após exclusão de respondentes que não pertenciam à população LGBTIAP+, não residiam em Londrina/região ou não completaram o instrumento.

O questionário foi organizado em blocos:

- Fator de inclusão: identificação como LGBTIAP+ e residência em Londrina/região imediata.
- Territórios de Convivência: frequência em estabelecimentos, praças, parques e espaços de sociabilidade; identificação de locais significativos; inclusão de novos espaços.

1 Segundo o Relatório de Análise Criminal do CAPE, na Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP-PR) desenvolvido pelo investigador da Polícia Criminal do estado Marcelo Monteiro em 2022, com o objetivo de apresentar um panorama estatístico do quantitativo de ocorrência de crimes de lesão corporal com vítimas LGBTQIA+ no Estado do Paraná. Somente a partir de 2014 é possível a busca de forma efetiva de dados de ocorrências contra a população LGBTQIA+, delimitando assim um limite temporal para essa fonte.

- Territórios de Resistência: participação em eventos (paradas, atos políticos, congressos); escolha e importância dos locais; identificação de outros eventos relevantes.
- Territórios de Medo: experiências pessoais ou testemunhadas de violência (homofobia, transfobia); locais de risco; fatores contextuais que geram medo (horário, visibilidade, atividades).
- Territórios de Morte: conhecimento de vítimas fatais; identificação dos locais mais perigosos; percepção de contextos de maior letalidade.
- Perfil do respondente: bairro de residência, identidade de gênero, orientação sexual, idade, raça/cor, escolaridade e renda.
- Contato opcional: possibilidade de participação em entrevistas subsequentes.

A etapa qualitativa foi aprofundada com 16 entrevistas semiestruturadas: 6 com proprietários/gerentes de estabelecimentos voltados ao público LGBTIAP+ e 10 com representantes de coletivos, ONGs e movimentos sociais da cidade. As entrevistas foram presenciais ou via Google Meet, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (CAAE nº 66616623.6.0000.5231, parecer nº 5.878.872). O roteiro foi dividido em blocos, construídos a partir da revisão teórica, dos dados do questionário e do clipping:

- Identidade e histórico pessoal: trajetória com o movimento LGBTIAP+, percepção sobre o cenário local.
- Territórios de Convivência: escolha dos espaços, características físicas e históricas dos locais, perfil dos frequentadores.
- Territórios de Resistência: eventos e mobilizações, pautas defendidas, desafios organizacionais e percepções sobre os locais utilizados.
- Territórios de Medo: percepção de insegurança, fatores de risco, atividades e horários mais perigosos, experiências pessoais.
- Territórios de Morte: conhecimento de casos, percepção sobre fatores contextuais e locais de maior vulnerabilidade.

As entrevistas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo, com categorização temática segundo os quatro tipos de território.

Os dados quantitativos foram tabulados em planilhas e sistematizados em séries temporais, frequências e distribuições espaciais. As respostas qualitativas foram analisadas por categorias temáticas, cruzando os resultados do questionário e entrevistas com registros oficiais e hemerográficos. A triangulação entre fontes oficiais, registros hemerográficos, questionário e entrevistas, garantiu maior consistência diante da subnotificação de ocorrências.

Com base na revisão integrativa de literatura e nas categorias de análise, os dados reunidos e analisados foram utilizados para a produção de cartografias

dos Territórios de Convivência, Resistência, Medo e Morte. As cartografias são uma estratégia fundamental, de modo a permitir visualizar geograficamente as informações coletadas e ilustrar os diferentes territórios e suas dinâmicas em Londrina. A abordagem pode variar conforme a categoria de território e o recorte temporal, conforme delineado na pesquisa.

A cidade territorializada por/para as populações LGBTIAP+

Para que se construa uma perspectiva dos territórios configurados por/para as populações LGBTIAP+ na cidade, é preciso, primeiramente, que se construa uma leitura geográfica das cidades como locus da vivência das populações dissidentes de gênero e sexualidade. Nesse sentido, leva-se em conta o contexto sócio-histórico do Brasil e propõe-se uma análise da escala da urbe como oportunidade para iluminar as discussões sobre dissidência de gênero e sexualidade.

A cidade, como produto/produtora das relações sociais e históricas, pode ser analisada de diversas perspectivas. Ferreira e Pereira (2020) argumentam que a cidade é um centro de concentração populacional, abrigando aspectos cotidianos e conflitos derivados da dinâmica urbana, como a luta por espaços, controle e demarcação de territórios. Tal como apontam Carvalho e Macedo (2017) e Silva (2016), as cidades não se estruturam em função do coletivo, mas respondem prioritariamente aos interesses de grupos dominantes, reproduzindo relações de poder econômico, político e social. Como construção ideológica, a cidade acirra desigualdades, ergue fronteiras simbólicas e produz espacialidades excludentes (Carvalho; Macedo, 2017; Gomes Filho et al., 2021).

No Brasil, marcado pela heterocisnormatividade, comportamentos e corpos dissidentes são marginalizados e frequentemente privados de políticas públicas de proteção (Carvalho; Macedo, 2017). Goffman (1977) já apontava que os papéis de gênero são construções sociais naturalizadas, e essa naturalização opera como dispositivo de controle das identidades (Orton, 2017). No espaço urbano — concebido como um “palco” — as pessoas LGBTIAP+ desafiam tais normas, mas frequentemente enfrentam repressão e violência. Espaços públicos, tidos como “espaços de ninguém” (Carvalho; Macedo, 2017), tornam-se cenários de repressões diversas. A violência contra a população LGBT+ é uma realidade histórica no Brasil (Cerqueira et al., 2021; Gomes Filho et al., 2021), manifestando-se de formas variadas, desde agressões físicas até preconceitos velados.

O Dossiê 2022 de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil registra 273 mortes violentas, confirmando o país como líder mundial em assassinatos de pessoas LGBTI+ (Gastaldi et al., 2023). A hostilidade é uma condição social construída e naturalizada, exacerbada pela gestão Bolsonaro, que negligenciou a proteção dessa população (Cerqueira et al., 2021; Mendes et al., 2020). A falta de políticas públicas intersetoriais agrava ainda mais a conjuntura (Gomes Filho et al., 2021).

A violência reforça preconceitos e estigmas, limitando a circulação e a sociabilidade da população LGBTIAP+ na cidade (Belarmino; Dimenstein, 2021; Barreto; Alvez, 2010). A cidade, enquanto produção espacial, cria

demarcações territoriais de segregação em diversos níveis, refletindo as estruturas sociais vigentes (o capitalismo, o patriarcado, as divisões do trabalho, o colonialismo etc.) e a manutenção do poder. No contexto das populações dissidentes de gênero e sexualidade, corpos considerados "adequados" circulam livremente, enquanto corpos "não-dóceis" enfrentam medo e violência (Carvalho; Macedo, 2017).

No que diz respeito às pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, já está amplamente demonstrado que suas vivências urbanas se dão em um contexto de violência generalizada, medo e apreensão. Essa dinâmica de poder, que produz exclusão e repressão, gera como resposta formas múltiplas de resistência e fissura. Nogueira (2009) evidencia que, no espaço urbano, tais dinâmicas se inscrevem cotidianamente nas formas em que a população LGBTIAP+ vivencia a cidade.

Segundo Teixeira (2013), o ordenamento moral do espaço urbano visa, através da repressão sexual, territorializar a cidade em zonas morais e imorais, vinculando cada espaço a determinados corpos: “assim, essa ordenação do espaço visaria, por meio da repressão sexual, territorializar (ainda que com limites imprecisos, fisicamente e subjetivamente) a cidade em zonas morais e imorais, cada uma com seus respectivos corpos” (Teixeira, 2013, p. 37). A “cidade palco” (Goffman, 1977) acentua essa segregação socioespacial, ora por meio da violência explícita e do preconceito, ora por meio das ritualizações da heterocisnormatividade que inibem manifestações dissidentes.

Nesse cenário, a segregação se desdobra em territórios específicos. Barreto e Alves (2010) explicam que a discriminação imposta pela sociedade dominante leva à formação de espaços de convivência e interação homoafetiva, que não surgem apenas como fuga, mas também como necessidade vital de afirmação identitária. Enquanto em outros grupos sociais a agregação espacial pode ser uma escolha, para a população LGBTIAP+ esses espaços se tornam indispensáveis, pois fora deles a exposição à violência e discriminação é quase inevitável.

As territorialidades LGBTIAP+ constituem, assim, uma resposta às normas heterocisnormativas que produzem territórios de repressão, supressão e aniquilamento. Essas territorialidades podem se manifestar como espaços de resistência, de medo, de convivência ou de morte, variando em intensidade e escala. Leite et al. (2020) acrescentam que as vivências delimitam fronteiras simbólicas — muitas vezes invisíveis fisicamente, mas presentes nas práticas e percepções dos sujeitos. Para travestis e pessoas trans, por exemplo, essas fronteiras são ainda mais restritivas, limitando significativamente a possibilidade de usufruir a cidade em igualdade de condições.

As configurações territoriais, portanto, são processos complexos, multiescalares e dinâmicos. Fernandes (2005) lembra que os territórios podem ser contínuos ou descontínuos, distribuídos em áreas extensas ou em pontos e redes, sempre atravessados por relações de poder e identidade.

As territorialidades da população LGBTIAP+ no espaço urbano são atravessadas por um paradoxo constitutivo: ao mesmo tempo em que determinados territórios lhes são negados, outros são permitidos — ainda que de forma precária, condicionada ou conquistada. Esse paradoxo, longe de ser mera contradição, revela a lógica estrutural que organiza a cidade

contemporânea. Ferreira et al. (2018) sintetizam esse dilema ao afirmar que “a existência dessa diversidade em uma sociedade homo e transfóbica implica reconhecer que o espaço é simultânea e paradoxalmente elemento de negação e possibilidade de existência de sexualidades não heterocisnormativas” (Ferreira et al., 2018, p. 3).

Nos territórios negados, a violência aparece como ferramenta central de exclusão. Paradoxalmente, a violência só se concretiza porque esses corpos efetivamente ocupam tais espaços. Não é raro que agressões, ameaças e até assassinatos ocorram em locais que deveriam constituir os “territórios” das próprias vítimas. É o caso das travestis e mulheres trans que sofrem agressões físicas e verbais, ou mesmo são assassinadas, em seus pontos de prostituição, que se tornam simultaneamente espaços de trabalho, sobrevivência e vulnerabilidade.

Já os territórios permitidos são aqueles em que a presença LGBTIAP+ encontra brechas de legitimação, mas frequentemente sob condições impostas pela lógica mercantil e pelas estruturas sociais. Silva e Santos (2016) observam que a constituição desses territórios está ligada, sobretudo, à “cidade do consumo”, em que a diversidade é tolerada como mercadoria, contrapondo-se ao direito pleno à cidade como reconhecimento da diferença. A mesma cidade que convive com bares, boates e eventos voltados ao público LGBTIAP+ é aquela que mantém índices alarmantes de crimes homotransfóbicos, evidenciando que tais territórios são condicionados pelo poder de compra e pela classe social. Como destacam os autores, lésbicas, travestis, transexuais e gays das classes populares são sistematicamente excluídos dos espaços que, em tese, seriam “livres” para a diversidade (Silva; Santos, 2016).

Essa condição de permissão parcial não elimina as marcas estruturais da exclusão, mas revela uma apropriação mercadológica da diversidade. Fenômenos como o pink money e o pinkwashing exemplificam como o sistema econômico e político se apropria das identidades dissidentes, transformando-as em nichos de consumo ao mesmo tempo em que mantém práticas de segregação socioespacial (Silva; Santos, 2016).

Portanto, mesmo os territórios considerados “permitidos” não escapam de refletir a lógica de repressão e exclusão. Leite et al. (2021) indicam que essa dicotomia pode ser lida a partir da contraposição entre territórios negados (de medo e de morte) e territórios permitidos (de resistência e de convivência). Ainda assim, é necessário reconhecer que o que aqui se denomina como “permitido” corresponde, na maior parte das vezes, a territórios conquistados, frutos de lutas históricas e apropriações coletivas.

Souza e Feliciano (2021) caracterizam os Territórios de Resistência como aqueles produzidos por atos de enfrentamento ao preconceito e à violência — como as Paradas LGBTIAP+, protestos e marchas —, que transformam temporariamente o espaço urbano em palco de visibilidade e contestação. Já os Territórios de Convivência, definidos por Barreto e Alves (2010), são marcados pela predominância de pessoas LGBTIAP+ em determinados espaços, configurando sociabilidades e identidades. Esses podem se dar tanto na esfera privada (bares, boates, saunas) quanto na pública (praças, ruas, parques), sempre associados ao pertencimento e à afirmação identitária.

Assim, as quatro categorias de análise que orientam esta investigação —

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro

Territórios de Medo, Territórios de Morte, Territórios de Resistência e Territórios de Convivência — traduzem a complexidade e as contradições da vivência urbana da população LGBTIAP+. Tais categorias não devem ser entendidas como compartimentos rígidos, mas como dimensões interseccionais e intermitentes, que se sobrepõem e se reconfiguram em função das dinâmicas sociais, culturais e políticas que atravessam a cidade.

Essa opção metodológica dialoga com Souza e Feliciano (2021), que, em estudo nacional, propõem a leitura cartográfica dos Territórios de Morte, Medo e Resistência LGBTQIAP+. Se, em escala nacional, tais territórios já evidenciam um padrão de vulnerabilidade e enfrentamento, a leitura em escala reduzida — a da cidade — permite captar as nuances locais, onde a violência, a resistência e a convivência se materializam em espaços específicos, continuamente disputados e ressignificados pelos sujeitos LGBTIAP+.

Os Territórios de Morte são locais onde ocorrem práticas criminosas contra pessoas LGBT+ com resultado morte, enquanto os Territórios de Medo são marcados por violações físicas, psicológicas e morais. Já os Territórios de Resistência surgem de ações de combate ao preconceito e violência, e os Territórios de Convivência são espaços frequentados predominantemente por pessoas LGBT+, caracterizados pela expressão e afirmação de identidade.

Os territórios de medo e morte

A violência contra a comunidade LGBTIAP+ no Brasil é uma realidade cotidiana, manifestando-se de formas físicas, psicológicas, morais e simbólicas no espaço urbano. Como observa Alves et al. (2020), o medo não se apresenta de maneira uniforme, mas como uma multiterritorialidade, variando no tempo, no espaço e nas condições sociais em que é produzido. Essa percepção é reforçada por Souza e Feliciano (2021), que definem os Territórios de Medo como espaços em que se concentram violações de direitos não letais — agressões, intimidações, constrangimentos e exclusões cotidianas.

O medo é, portanto, um produto direto da violência estrutural e opera como condicionante da circulação e da sociabilidade urbana da população LGBTIAP+. Barreira (2013, p. 234) sintetiza essa relação em um ciclo contínuo: “violência/medo/violência”. Ou seja, a violência gera medo, que por sua vez reforça as condições para novas violências, aprisionando sujeitos em dinâmicas restritivas de existência.

Para mapear os Territórios de Medo em Londrina, utilizou-se uma metodologia combinada:

- Dados oficiais do CAPE (SESP-PR): entre 2014 e 2023 foram registrados 9 crimes de homotransfobia.
- Clipping de notícias digitais (2008-2023): identificados 16 casos adicionais de violência contra pessoas LGBTIAP+, sendo 75% das vítimas transexuais e 25% gays.
- Questionário aplicado à população LGBTIAP+ de Londrina: 70% dos respondentes afirmaram ter sofrido ou presenciado algum tipo de homotransfobia.

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro



- Entrevistas semiestruturadas: complementaram os dados com percepções sobre medo, violência e circulação na cidade.

A análise revelou uma subnotificação estrutural nos dados oficiais: além de poucos registros, o CAPE não distingue corretamente orientação sexual e identidade de gênero, classificando, por exemplo, mulheres trans como “sexo masculino”. Os registros do clipping mostram padrões consistentes: Perfil mais recorrente da vítima: mulher transexual entre 18 e 24 anos; Horário predominante: madrugada; Espaços críticos: região central, especialmente a Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste-Oeste).

Os resultados produzidos evidenciaram que os Territórios de Medo em Londrina estão fortemente associados a locais de grande circulação e consumo – como shoppings, terminais de transporte e centros comerciais – em que a exposição de corpos dissidentes é regulada por dinâmicas de vigilância e conservadorismo moral. Tais espaços, embora não explicitamente proibitivos, operam por uma lógica de contenção, silenciamento e risco, reafirmando a heterocisnormatividade urbana. Além disso, observa-se a concentração espacial dos episódios de violência em torno da Avenida Leste-Oeste, eixo simbólico da segregação histórico-moral da cidade (Hara, 2014; Ferreira, 2024).

Além da espacialidade, os fatores subjetivos também são relevantes: a partir das respostas ao questionário, a presença de homens heterossexuais cisgêneros conservadores foi apontada como principal gatilho para a sensação de medo, reforçando o papel das relações de poder e das ritualizações da heterocisnormatividade na produção desses territórios. A figura do “homem cis, hétero e bolsonarista” como feição que representa o recorte ideológico e temporal, foi recorrente nas respostas dos participantes enquanto catalisador da sensação de ameaça, o que revela a intersecção entre perspectivas de gênero, sexualidade e ideologia, inscritas em recorte temporal específico. A narrativa do medo não está dissociada da geopolítica local, outrossim, é atravessada por marcadores de classe, raça, religiosidade e política institucional.

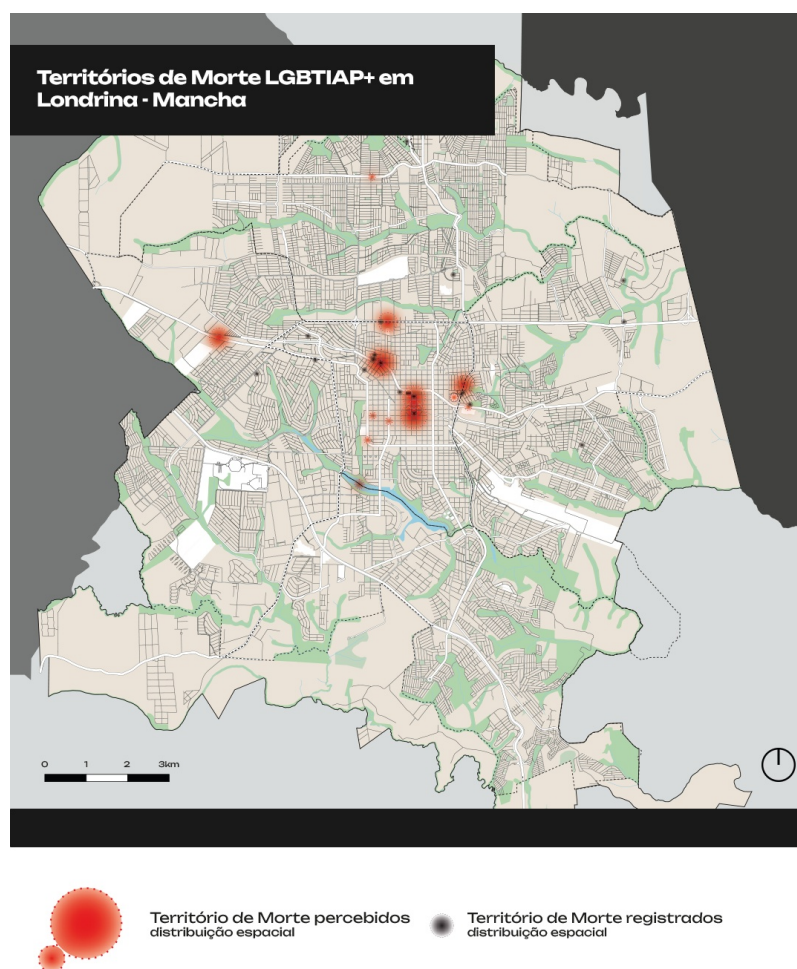
Complementando a análise territorial, acrescentam-se os Territórios de Morte, que representam o ápice da homotransfobia estrutural: espaços nos quais pessoas LGBTIAP+ são assassinadas, vitimadas por homicídios, lesões seguidas de morte ou mesmo suicídios decorrentes das pressões sociais. Souza e Feliciano (2021) também definem os Territórios de Morte como áreas onde a população LGBTIAP+ é morta devido à LGBTfobia prevalente nas relações sociais brasileiras. Esses territórios podem ser exemplificados com casos de travestis assassinadas em locais conhecidos pela prostituição, muitas vezes publicizados pela mídia e ativistas.

Para identificar os Territórios de Morte em Londrina, foram utilizados dados de crimes de ódio dos Dossiês anuais de mortes LGBTIAP+, clipping de notícias digitais, o Relatório oficial do CAPE e um questionário. A pesquisa considerou homicídios, lesões corporais seguidas de morte e suicídios, refletindo a homotransfobia estrutural que frequentemente vitimiza pessoas LGBTIAP+ de maneira indireta.

O Relatório oficial do CAPE (2014-2023) registrou 3 mortes de pessoas LGBTIAP+, apenas no ano de 2016, evidenciando a subnotificação. Os dados,

além de limitados possuem um tratamento incorreto, confundindo orientação sexual com identidade de gênero e classificando vítimas transexuais femininas como masculinas. Para corrigir as distorções, o clipping de notícias se demonstrou muito eficaz, revelando 24 mortes, confirmando a subnotificação nos dados oficiais. Os dados de 2008 a 2023 mostram que 63% das vítimas eram transexuais, 33% gays e 4% bissexuais. A maioria das mortes ocorreu na Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, uma área central de prostituição noturna, destacando a vulnerabilidade das travestis em Londrina. Na Figura 1 é possível visualizar espacialmente as divisões dos territórios de Morte percebidos pela população LGBT da cidade (em vermelho) e os territórios registrados (em preto).

Figura 1 - Territórios de Morte LGBTIAP+ em Londrina – Mancha



Fonte: Elaboração própria.

A territorialidade das travestis em Londrina é fortemente marcada pela prostituição noturna, especialmente desde a década de 1970, quando a Av. Leste-Oeste consolidou-se como espaço de trabalho e sobrevivência. Como apontam Ornat e Silva (2014), esses territórios são simultaneamente de vivência, resistência e vulnerabilidade, atravessados por violências físicas, morais e sexuais.

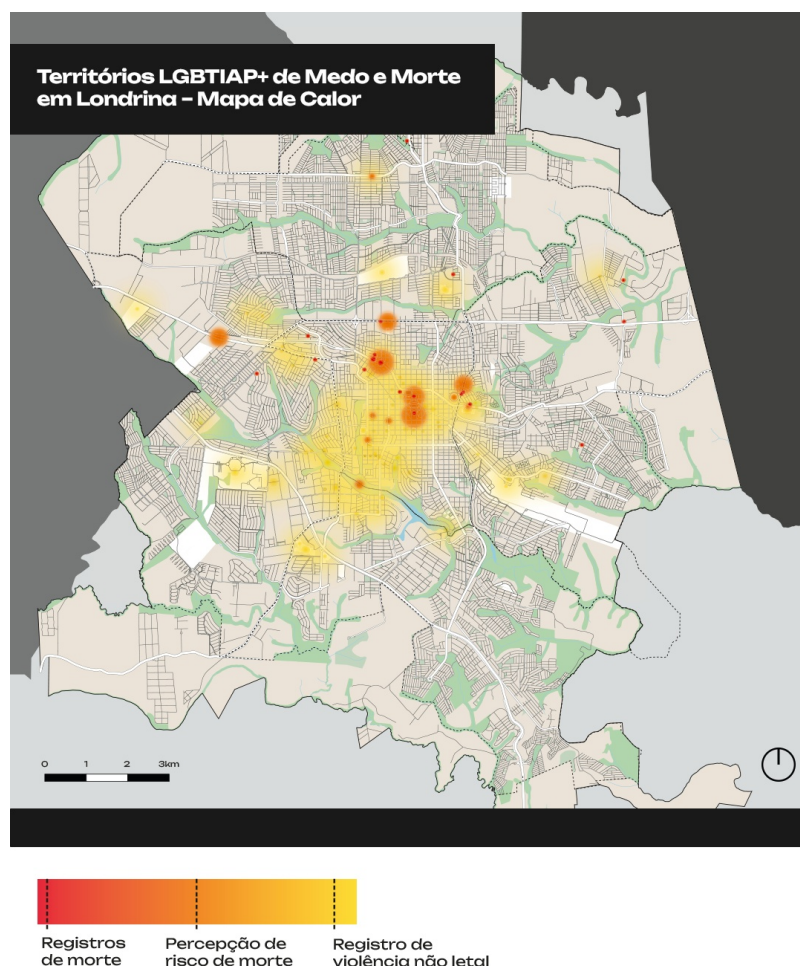
Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro

Carvalho e Macedo (2017, p. 111) ressaltam que às travestis “é reservada a cidade noturna”, quando a visibilidade é reduzida e a sociedade dominante lhes nega o direito de circular plenamente. Essa condição de marginalização reforça o vínculo entre prostituição, violência e exclusão, transformando os pontos de prostituição em verdadeiros territórios de morte.

A análise espacial evidencia ainda a sobreposição entre Territórios de Medo e de Morte, reforçando a tese de que ambos se enraízam na mesma estrutura homotransfóbica. Enquanto os Territórios de Medo representam as expressões iniciais da violência (agressões, constrangimentos, ameaças), os Territórios de Morte refletem seu ápice, quando a exclusão simbólica se converte em eliminação física.

A análise espacial revela a sobreposição dos Territórios de Medo e Morte, ambos enraizados na homotransfobia estrutural que permeia as instituições e relações sociais, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Territórios LGBTIAP+ de Medo e Morte em Londrina – Mapa de Calor



Fonte: Elaboração própria.

A identificação dos Territórios de Morte e Medo em Londrina evidencia a concentração de atividades criminosas na região central da cidade. Os mapas

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro

interseccionais revelam locais preferenciais para a ocorrência de violências, letais ou não, reforçando o papel da região central da cidade e evidenciando a conexão entre diferentes formas de violência contra a população LGBTIAP+. Em contraste, os Territórios de Resistência se consolidam a partir da memória e da presença política de eventos como as Paradas do orgulho, festas culturais, debates em universidades e performances artísticas em espaços públicos.

Os territórios de convivência e resistência

Como resposta aos Territórios de Medo e Morte, Souza e Feliciano (2021) definem os Territórios de Resistência como aqueles em que se materializam protestos, mobilizações e expressões de luta das populações LGBTIAP+. Em Londrina, a identificação desses espaços foi possível por meio de entrevistas com coletivos, ONGs, movimentos organizados e grupos religiosos inclusivos, além de respostas do questionário aplicado.

Foram realizadas 10 entrevistas, abrangendo representantes da ONG Adé-Fidan, da Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids (ALIA), do antigo Grupo Homossexual Londrinense (GHL), do Movimento Construção da Parada LGBTI+ de Londrina, e de coletivos mais recentes, como ElityTrans, Frente Trans de Londrina, Mães Pela Diversidade e o grupo de diálogo da Igreja Anglicana – Paróquia São Lucas. Esses relatos confirmaram que os territórios de resistência frequentemente emergem em locais já marcados por violências — configurando uma estratégia de ressignificação do espaço urbano.

Nesses espaços, a comunidade transforma narrativas discriminatórias em arenas simbólicas de luta e visibilidade, demonstrando que, mesmo nos locais onde a homotransfobia foi mais brutal, é possível reverter a lógica da exclusão. Essa dinâmica fica evidente, por exemplo, no uso do Carnaval de rua como palco de afirmação da diversidade, ou na apropriação de espaços universitários (como a UEL, com a Semana/Festa das Cores) para celebrar identidades dissidentes.

A centralidade das Paradas LGBTI+ de Londrina confirma a importância dessa categoria territorial. As primeiras edições concentraram-se no Calçadão e Anfiteatro do Zerão, ambos previamente citados como Territórios de Medo. Essa escolha foi simbólica: ocupar o espaço do medo como espaço de resistência. Com o crescimento do público — chegando a mais de 25 mil participantes —, as edições mais recentes foram realizadas no Buracão-CSU, consolidando-o como novo Território de Resistência.

Os Territórios de Convivência complementam essa cartografia. Eles dizem respeito a espaços de sociabilidade caracterizados por identidade e pertencimento, onde a população LGBTIAP+ encontra refúgio, reconhecimento e possibilidades de expressão. Podem ser categorizados em múltiplas tipologias:

- Espaços comunitários e religiosos inclusivos, como a Cidade de Refúgio Londrina;
- Bares, boates e clubes, que desde a década de 1970 constituem a espinha dorsal da vida noturna dissidente;

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro



- Parques, praças e espaços públicos, apropriados pela comunidade como pontos de encontro;
- Saunas e espaços de lazer sexual, associados tanto ao prazer quanto à marginalização;
- Eventos culturais e festas universitárias, que reforçam a circulação de novos públicos.

Barreto e Alves (2010) distinguem os Territórios de Convivência Públicos, onde a presença não depende de transações comerciais, e os Privados, sustentados pela lógica do consumo. Mas, em Londrina, ambos se entrecruzam em circuitos urbanos mais amplos, articulando lazer, resistência e sobrevivência.

Seis entrevistas realizadas com proprietários e gestores de estabelecimentos voltados à comunidade LGBTIAP+ permitiram reconstruir a história da vida noturna londrinense. Esses espaços foram fundamentais para a consolidação das sociabilidades dissidentes.

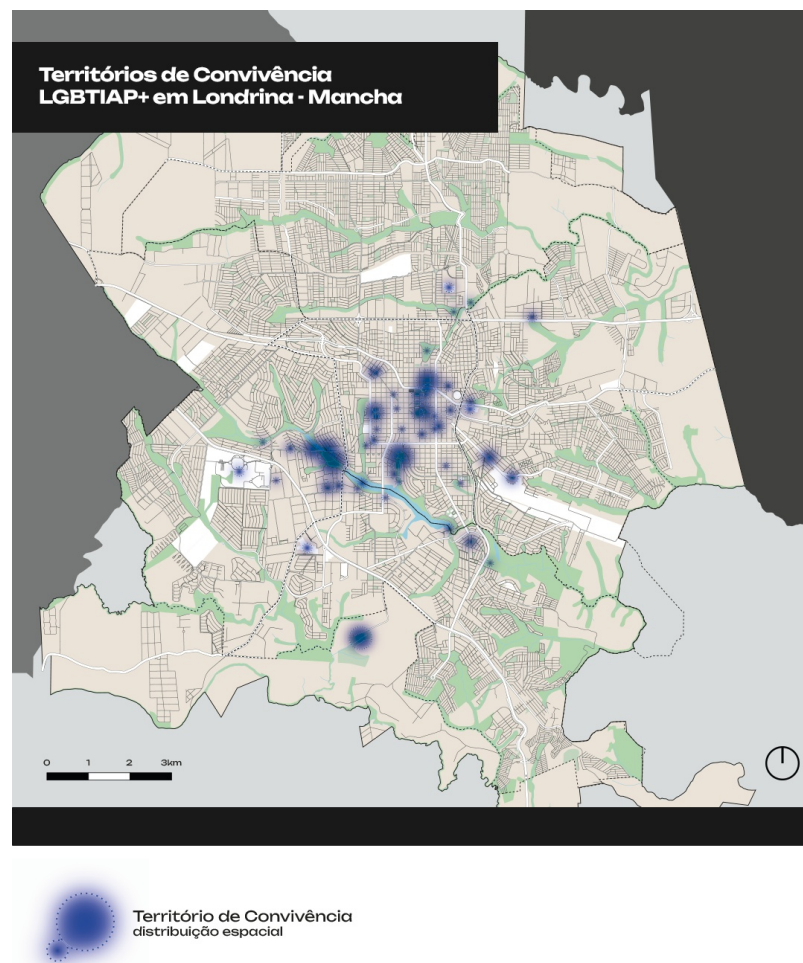
O Bar Valentino, inaugurado em 1979, desempenhou papel cultural e político crucial, atraindo artistas e intelectuais e consolidando-se como espaço alternativo de encontro da comunidade. A Friends, inaugurada em 1991, tornou-se a maior balada GLS da cidade até meados dos anos 2000, articulando um circuito que incluía bares como o Varanda e boates como a PeopleS. Posteriormente, novos espaços surgiram, como a NY Lounge, o Narciso Bar, o Oloo Bar e a Viollet Club, atualizando os circuitos da vida noturna.

Esse histórico revela tanto a resiliência da comunidade quanto a constante repressão exercida pelo poder público e moradores vizinhos. Muitos estabelecimentos foram obrigados a fechar por pressões ligadas a alvarás, zoneamento ou estigma social. Ainda assim, práticas de acolhimento, como a entrada gratuita para pessoas trans e drag queens, buscaram enfrentar a lógica capitalista que privatiza o direito à sociabilidade.

O questionário revelou a diversidade de locais de convivência: desde praças centrais, como o Zerão e o Bosque Marechal Cândido Rondon, até bares e clubes. Alguns espaços, como o UP Bar e o Bee Cool, extrapolavam seus limites privados e geravam aglomerações públicas em praças e ruas adjacentes. O mesmo fenômeno ocorreu em sentido inverso: espaços públicos fortemente identificados com a comunidade, como o Zerão, fomentaram sociabilidades em restaurantes próximos.

Outro ponto fundamental é a presença dos chamados territórios do prazer — bosques e matagais usados para encontros sexuais, como o Bosque Marechal Cândido Rondon até 2022 e, mais recentemente, a “Matinha do Igapó”. Esses territórios, embora voltados à intimidade e desejo, também revelam vulnerabilidades econômicas e sociais, pois muitas vezes são associados ao trabalho sexual e, portanto, cruzam-se com os Territórios de Medo e Morte.

Figura 3 - Territórios de Convivência LGBTIAP+ em Londrina – Mancha



Fonte: Elaboração própria.

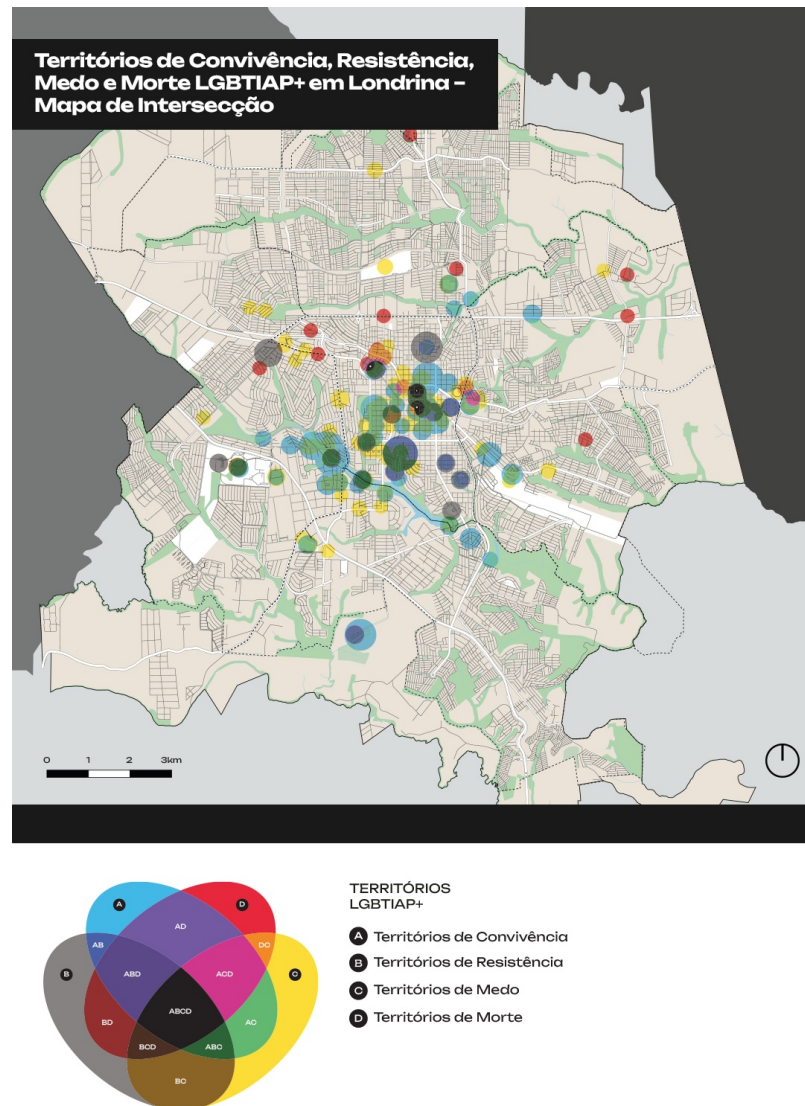
Os Territórios de Resistência e Convivência não existem de forma isolada: eles se sobrepõem a outros territórios. Espaços de convivência podem ser simultaneamente territórios de resistência, como o Zerão e o Buracão; e locais de prazer podem também se converter em territórios de medo. Essa sobreposição revela a complexidade da experiência urbana LGBTIAP+, marcada por múltiplas camadas de apropriação e disputa.

Como afirmam Silva et al. (2022), esses territórios não anulam a possibilidade de violência, mas criam mínimas autonomias, permitindo que liberdade e diversidade possam ser exploradas, mesmo que sob tensão. O mapa síntese produzido nesta pesquisa demonstra graficamente essa interseccionalidade, evidenciando Londrina como cidade onde os territórios da diversidade se constroem em constante negociação com o medo, a exclusão e a violência.

A variedade de territorialidades e suas sobreposições pode ser mais bem vista na figura 4.

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro

Figura 4 – Territórios de Convivência LGBTIAP+ em Londrina – Mancha



Fonte: Elaboração própria.

A análise dos Territórios LGBTIAP+ em Londrina revela que tais categorias — Medo, Morte, Resistência e Convivência — não se configuram de modo estanque, mas como camadas sobrepostas que se interpenetram na dinâmica urbana. Essa sobreposição expressa tanto as contradições quanto as estratégias de sobrevivência da comunidade dissidente de gênero e sexualidade frente à heterocisnormatividade que estrutura a cidade.

Do ponto de vista empírico, os dados provenientes de clipping de notícias, relatórios oficiais, questionário e entrevistas permitiram espacializar múltiplos pontos de violência, celebração e sociabilidade. O resultado é uma cartografia complexa, na qual os territórios não se anulam, mas coexistem em tensão.

Os Territórios de Medo e de Morte se concentram sobretudo na região central — com destaque para a Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste-Oeste), área histórica de prostituição travesti. Nesses espaços, a

homotransfobia estrutural se manifesta de forma direta e letal. Em tensão e complementariedade, os Territórios de Resistência e Convivência emergem muitas vezes nos mesmos locais, resignificando-os. O Anfiteatro do Zerão, o Calçadão e até mesmo a Catedral Metropolitana foram apontados como espaços tanto de repressão quanto de mobilização coletiva. Esse paradoxo, já discutido por Ferreira et al. (2018), evidencia como a cidade pode ser simultaneamente elemento de negação e possibilidade.

Considerações finais

A pesquisa cumpriu o objetivo de localizar e caracterizar os territórios configurados para a população LGBTIAP+ e criar cartografias desses territórios, propondo um método aplicável a diversas cidades no Brasil.

A construção dos Territórios LGBTIAP+ deve ser continuamente atualizada para incluir aspectos de raça, classe social, origem étnica e deficiências, reconhecendo a complexidade e a interseccionalidade das experiências urbanas da comunidade LGBTIAP+. A pesquisa mapeou os Territórios de Medo, Morte, Resistência e Convivência, oferecendo uma visão geográfica de como a violência, a segurança, a cultura e a sociabilidade interagem com a comunidade LGBTIAP+. Esse mapeamento pode orientar políticas públicas futuras.

O presente artigo avança em relação ao estado da arte ao propor uma articulação direta entre medo e resistência como categorias territoriais dinâmicas, evitando dicotomias fixas e reconhecendo a sobreposição e ambivalência dos espaços urbanos vivenciados por pessoas LGBTIAP+. A inovação reside na combinação entre análise empírica de base local (em uma cidade não-autorreferente), fundamentação teórico-crítica interseccional e uso de ferramentas cartográficas insurgentes para visualização de espacialidades dissidentes. Ao visibilizar dinâmicas dissidentes cotidianas nos interstícios da violência e da segregação, o artigo contribui para o alargamento do campo dos estudos de gênero e feministas ao propor novas metodologias de leitura de dinâmicas territoriais de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade.

É importante reconhecer que a discussão sobre os territórios LGBTIAP+ não se esgota nas categorias analisadas. A crescente produção científica sobre populações dissidentes de gênero e sexualidade sugere novas perspectivas e caminhos de pesquisa, o que tende a construir novas percepções a respeito da urbe, de modo a vislumbrar cidades mais justas. Essa coexistência de sentidos demonstra que os territórios não são fixos, mas atravessados por temporalidades, atores sociais e relações de poder, o que exige compreendê-los sempre em chave interseccional.

Referências

ALVES, Pedro de Moura; FERNANDES, Samuel Moreira Silveira; DUARTE, Tiaraju Salini. Territórios do medo para a população LGBTQIA+: uma análise dos discursos sobre a fragmentação da cidade. In: VI SEMANA INTEGRADA UFPEL, 2020, Pelotas, *Anais [...]* Pelotas: XXXIX CIC, 2022. p. 01-04.

BAINOR, Maila de Oliveira. **O não-sujeito em direitos humanos: aproximações entre teoria crítica e teoria Queer na órbita da heterocisnormatividade**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos; ALVES, José Eustáquio Diniz. Territórios da diversidade: espaços de convivência gay no Rio de Janeiro. In: Fazendo Gênero, 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamento, 2010, Florianópolis, **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2010. p. 01-10.

BELARMINO, Victor Hugo; DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra. Experiência Urbana Gay na Cidade: uma revisão sistemática. **Revista Subjetividades**, v.12, n. 3, p. 01-13, jan. 2021.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO, Gilson Santiago M. Júnior. ‘Isto é um lugar de respeito!’: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 11, p. 103-116, jan. 2017.

CURITIBA. Centro de Análise, Planejamento e Estatística. **Resumo Estatístico Criminal – RESEC**. Curitiba: CAPE, 2023.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (org.). **Atlas da violência 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos Movimentos Sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24–34, 2005.

FERREIRA, Afonso Vieira; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch. A cidade como objeto de conhecimento para a educação geográfica. **Revista Ensino de Geografia**, v. 3, n. 2, p. 200–220, 2020.

FERREIRA, Eduarda; MOREIRA, Luciana; LENZI, Maria Helena. Espacialidades lésbicas: localizando visibilidades e construindo geografias dissidentes. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 02-06, ago-dez. 2018.

FERREIRA, Leonardo da Silva. **As Características dos Territórios Ocupados pelas Populações LGBTIAP+ no Espaço Urbano em Londrina**. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

FERREIRA, Leonardo da Silva; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. Territórios LGBTIAP+ de Medo, Morte e Resistência em Londrina. **Revista Nera**, v. 27, n. 2, p. 01-22, fev. 2024.

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro



GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo (org.). **Dossiê 2022**: mortes e violências contra LGBTI+. Acontece Arte e Política LGBTI+. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

GOFFMAN, Erving. The Arrangement between the Sexes. **Theory and Society**, v. 4, n. 3, p. 301-331, set-dez. 1974.

GOMES FILHO, Antoniel dos Santos; LIMA, Antônio Ailton de Sousa; DA SILVA, Antônio Micael Pontes da Silva Micael Pontes; NUNES, Larissa Ferreira; DE LAVOR FILHO, Tadeu Lucas. E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. **Sociologias Plurais**, v. 7, n. 1, 2021.

HARA, Tony. **Oitenta vezes Londrina**: cotidiano, história e trajetórias de vida. Londrina: Kan, 2014.

LEITE, Maiara; ZANETTI, Valéria; TONIOLO, Maria Angélica. Territorialidades LGBTs: Um Estudo da República e do Baixo Augusta no Centro da Cidade de São Paulo. **Sociedade e Território**, v. 32, n. 1, p. 96–114, jul. 2020.

LEITE, Maiara; ZANETTI, Valéria; TONIOLO, Maria Angélica. As contradições entre os espaços permitidos e negados aos LGBTQI+ na cidade de São Paulo. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 54-71, out. 2021.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. São Paulo: Consequência Editora, 2015. p. 215-225.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: Uma Análise Espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1709–1722, mai. 2020.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 69–85, abr. 2009.

ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, v. 18, n. 1, p. 113-128, abr. 2014.

ORTON, Naomi Elizabeth. (Des)igualdade de gênero e a (i)mobilidade urbana contemporânea: uma visão goffmaniana. **RUA**, v. 23, n. 2, p. 243–266, dez. 2017.

PUCCINELLI, Bruno. Como Encontrar um “Gueto Gay”: possibilidades analíticas de uma expressão controversa. **Gênero na Amazônia**, n. 6, p. 165-182, jul-dez. 2014.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Marcos Aurélio. Localizando performances: territorialidade e os estudos antropológicos de gênero e sexualidade. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 7, n. 2, p. 33-54, out. 2016.

SOUSA, Adriano Amaro. Território e identidade: elementos para a identidade territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 30, p. 119–132, 2008.

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; FELICIANO, Carlos Alberto. Por uma Leitura Geográfica dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+ no Brasil. *Revista Nera*, n. 61, p. 87-111, dez. 2021.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. **Presença incômoda: corpos dissidentes na cidade modernista**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Leonardo da Silva Ferreira: Conceituação; Curadoria de dados; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Administração do projeto; Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)]; Escrita – primeira redação; Escrita – revisão e edição.

Vera Lucia Tieko Suguihiro: Análise Formal; Supervisão; Validação.

Recebido em 26 de agosto de 2024.

Aceito em 05 de abril de 2025.

Leonardo da Silva Ferreira, Vera Lucia Tieko Suguihiro

